

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.325 - RS (2015/0102782-1)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : **JOSÉ OSVALDO DA SILVA SALADA**  
**ADVOGADO** : **CLAUDIO LAFFAYETE GUEDES E SILVA E OUTRO(S) - RS004083**  
**RECORRIDO** : **BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**  
**ADVOGADO** : **IVAN LUIZ GONTIJO JÚNIOR E OUTRO(S) - RJ044902**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

“APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. AÇÃO REVISIONAL. BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA. PLANO DE PENSÃO MENSAL VITALÍCIA. ÍNDICE DE REAJUSTE DO BENEFÍCIO. APLICAÇÃO DO PLANO CONTRATADO.

I. Trata-se de ação revisional de benefício mensal vitalício objetivando a adoção do IGP-M como índice de correção monetária a fim de recompor a inflação do período em que recebeu o benefício de complementação de aposentadoria, afastando o índice pactuado no contrato, qual seja, Taxa Referencial – TR, julgada improcedente na origem.

II. É aplicável o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de seguro, na medida em que se trata de relação de consumo, consoante traduz o art. 3º, §2º do CDC. Inteligência da Súmula 321 do STJ.

III. O Regime de Previdência Privada “sub judice”, de natureza complementar, possui organização autônoma e diversa do regime geral de previdência social, sendo a adesão àquele plano facultativa e regulada por lei complementar, consoante estabelece o artigo 202 da Constituição Federal.

IV. Em se tratando de complementação de aposentadoria mensal, deve ser observado o disposto nas cláusulas contratuais do pacto de previdência privada, posto que nele estão contidas as disposições acerca das regras de revisão dos benefícios, de acordo com o Regulamento ao qual está vinculado. Precedentes. Eventual revisão do contrato firmado entre as partes, por se tratar de pacto de natureza privada, pode ferir o princípio constitucional de proteção do ato jurídico perfeito e acabado, como determina o artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal, desde que não prorrogado enquanto em vigor.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Outrossim, as relações contratuais deverão ser cumpridas em atenção aos princípios da probidade e da boa-fé, em conformidade com a inteligência do artigo 422 do Código Civil. Da mesma forma, há de ser prestigiado o princípio da “pacta sunt servanda” das obrigações contratuais, mormente porque, em que pese as relações de previdência privada estarem sujeitas à proteção da legislação consumerista, o referido princípio protege as obrigações contratuais, salvo na ocorrência de abusividade ou vício de vontade passível de ocasionar a nulidade da própria relação, o que não se evidencia no caso telado.

V. Não descuro do fato de que o referido princípio aceita mitigação, contudo, “in casu”, o contrato de previdência ao qual o autor aderiu prevê a Taxa Referencial – TR como índice de reajuste mensal do benefício, não restando demonstrado nenhum tipo de abusividade ou até mesmo coação no ato de sua assinatura, pelo que o termo afixado pelas partes merece ser obedecido à luz de suas cláusulas.

VI. Por fim, ressalta-se que o regulamento do plano de previdência privada aderido pelo autor não tem previsão para que a complementação de aposentadoria fosse feita com a incidência de correção monetária de forma plena e com a aplicação da Súmula nº 289 do STJ.

VII. Dessa feita a manutenção da sentença de improcedência é medida que se impõe, ao efeito de manter o índice de reajuste do benefício previsto no contrato, qual seja, a Taxa Referencial – TR.

**APELAÇÃO DESPROVIDA.”**

Opostos os embargos de declaração, esses foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente alegou violação “aos artigos 3º, 6º, V, 39, V, e 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor; e 535, II, do Código de Processo Civil. Arguiu negativa de prestação jurisdicional. Sustentou a aplicação do Código de Defesa do Consumidor; o afastamento da TR e o direito à correção monetária de acordo com os índices previstos em lei, como forma de preservação do valor real. Invocou as Súmulas 83, 289 e 321 do Superior Tribunal de Justiça. Suscitou dissídio jurisprudencial”.

Presentes os pressupostos de admissibilidade e ultrapassado o limite do conhecimento do presente recurso, verifico que esse merece provimento, senão vejamos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Inicialmente, verifica-se que o entendimento adotado pelo Tribunal de origem está em desacordo com a jurisprudência desta Corte Superior, que se firmou no sentido de que o emprego exclusivo da TR, como fator de correção dos benefícios de complementação de aposentadoria privada, acarreta lesão significativa ao assistido, devendo, portanto, ser adotado, em seu lugar, o INPC como índice de atualização monetária.

É o que se depreende da leitura do seguinte trecho (fls. 221/229 e-STJ):

“Mister destacar que a vexata quaestio diz com o pedido do autor de reajuste da pensão mensal vitalícia de acordo com o índice do IGP-M/FGV (ou INPC), a fim de recompor a inflação do período em que recebeu o benefício de complementação de aposentadoria, afastando o índice pactuado no contrato, qual seja, Taxa Referencial – TR, consoante cláusula quinta do contrato previdência juntado pelo auto com a inicial (fl. 13), in verbis:

Os valores dos benefícios subscritos e das respectivas contribuições serão reajustados mensalmente, segundo a Taxa Referencial (T.R.) do mês imediatamente anterior ao do reajuste.

Destarte, compulsado os autos, verifico que a parte autora fundamenta o seu pedido sob o argumento que o índice utilizado pelo demandado na correção da pensão mensal vitalícia não recompõe o valor da perda da moeda no período da inflação.

Entretanto, por oportuno, esclareço que o regime de previdência privada, de natureza complementar, tal como o sub judice, possui organização autônoma e diversa do regime geral de previdência social, sendo a adesão àquele plano facultativa e regulada por lei complementar, consoante estabelece o artigo 202 da Constituição Federal, in litteris:

(...)

Dessa forma, como o autor percebe mensalmente a complementação de aposentadoria, deverá ser observado o plano firmado entre as partes, o qual dispõe sobre as regras de atualização do benefício previdenciário no momento da celebração do contrato.

Eventual revisão do contrato firmado entre as partes, por se tratar de pacto de natureza privada, pode ferir o princípio constitucional de proteção do ato jurídico perfeito e acabado, como determina o artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal, desde que não prorrogado enquanto em vigor.

# *Superior Tribunal de Justiça*

É de bom alvitre salientar, nessa senda, que as relações contratuais deverão ser cumpridas em atenção aos princípios da probidade e da boa-fé, em conformidade com a inteligência do artigo 422 do Código Civil . Da mesma forma, há de ser prestigiado o princípio da pacta sunt servanda das obrigações contratuais, mormente porque, em que pese as relações de previdência privada estarem sujeitas à proteção da legislação consumerista, o referido princípio da pacta sunt servanda protege as obrigações contratuais, salvo na ocorrência de abusividade ou vício de vontade passível de ocasionar a nulidade da própria relação, o que se evidencia no caso telado.

Não descuro do fato de que o referido princípio aceita mitigação, haja vista a possibilidade de revisão dos contratos, inclusive os findos, todavia, no caso dos autos não restou demonstrado nenhum tipo de abusividade ou até mesmo coação no ato de sua assinatura, pelo que o termo afixado pelas partes merece ser obedecido à luz de suas cláusulas.

No mesmo sentido do voto que ora encaminho, colaciono precedentes jurisprudências do 3º Grupo Cível deste colendo Tribunal de Justiça, expressis verbis:

(...)

Ademais, cumpre ressaltar que o regulamento do plano de previdência privada aderido pelo autor não tem previsão para que a complementação de aposentadoria fosse feita com a incidência de correção monetária de forma plena e com a aplicação da Súmula nº 289 do STJ. Isto porque, o referido verbete sumular apenas se aplica aos casos em que a parte percebe complementação de aposentadoria, optando pelo resgate da reserva de poupança, ou seja, quando o pedido se trata de restituição de valores relativos à reserva de poupança ou reserva matemática.

Nesse diapasão, trago a baila precedente jurisprudencial deste colendo Tribunal, in litteris:

(...)

Modo inexorável, a manutenção da sentença que julgou improcedente a ação é medida impositiva, pelo que, segue mantido o índice de reajuste do benefício previsto no Regulamento, qual seja, a Taxa Referencial - TR.”

Nesse sentido é a jurisprudência deste STJ:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
CIVIL. PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADA. BENEFÍCIO

# *Superior Tribunal de Justiça*

COMPLEMENTAR. REVISÃO. SÚMULA Nº 289/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TR. ADOÇÃO. INDEXADOR INIDÔNEO. SUBSTITUIÇÃO. NECESSIDADE. ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE AMPLA PUBLICIDADE.

1. A Taxa Referencial (TR) não é índice de correção monetária, pois, refletindo as variações do custo primário da captação dos depósitos a prazo fixo, não constitui índice que reflita a variação do poder aquisitivo da moeda. Inidoneidade da aplicação da remuneração da caderneta de poupança (a TR) para mensurar o fenômeno inflacionário. Precedentes do Supremo Tribunal Federal.

2. O Superior Tribunal de Justiça entende que a TR, desde que pactuada, é indexador válido para contratos posteriores à Lei nº 8.177/1991 (Súmula nº 295/STJ). Todavia, nos precedentes que deram origem ao enunciado sumular, verifica-se que a TR não era utilizada isoladamente, mas em conjunto com juros bancários ou remuneratórios (a exemplo da caderneta de poupança, dos contratos imobiliários e das cédulas de crédito).

3. A correção dos benefícios periódicos da complementação de aposentadoria unicamente pela TR acarreta substanciais prejuízos ao assistido, visto que há, com a corrosão da moeda, perda gradual do poder aquisitivo, a gerar desequilíbrio contratual. Precedentes do STJ.

4. Órgãos governamentais já reconheceram a TR como fator inadequado de correção monetária nos contratos de previdência privada, editando o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) a Resolução nº 7/1996 (atualmente, Resolução nº 103/2004) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep) a Circular nº 11/1996 (hoje, Circular Nº 255/2004), a fim de orientar a repactuação dos contratos para substituí-la por um índice geral de preços de ampla publicidade.

5. A eventual ausência de fonte de custeio para suportar o pagamento das diferenças de correção monetária não tem força para afastar o direito do assistido, pois a entidade de previdência privada tem a responsabilidade de prever a formação, a contribuição e os devidos descontos de seus beneficiários, de forma que a própria legislação previu mecanismos para que o ente previdenciário supere possíveis déficits e recomponha a reserva garantidora.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 549.633/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 6/2/2018, DJe 14/2/2018.)

# *Superior Tribunal de Justiça*

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE BENEFÍCIO. APLICAÇÃO DA TAXA REFERENCIAL. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE SUPERIOR. SÚMULA 83/STJ. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. ALEGADA OFENSA AO ART. 6º DA LINDB. RECURSO ESPECIAL - VIA INADEQUADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Não há falar em ofensa ao art. 535 do CPC/1973 quando o v. acórdão conclui, de modo integral e com fundamentação suficiente e clara, a controvérsia trazida no recurso.

2. Inviável o conhecimento do recurso especial por violação ao artigo 6º da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, uma vez que os princípios nela contidos são institutos de natureza eminentemente constitucional.

3. "A correção dos benefícios periódicos da complementação de aposentadoria unicamente pela TR acarreta substanciais prejuízos ao assistido, visto que há, com a corrosão da moeda, perda gradual do poder aquisitivo, a gerar desequilíbrio contratual" (REsp 1.610.944/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 05/05/2017).

4. Cabimento da revisão judicial do contrato para substituir a TR pelo INPC, como índice de atualização monetária dos benefícios. Julgados desta Corte.

3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt nos EDcl no AREsp 740.360/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, j. 12/12/2017, DJe 2/2/2018.)

A propósito, confirmam os seguintes julgados proferidos por esta Segunda Seção, responsável pela unificação do entendimento das Turmas de Direito Privado:

AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. TAXA REFERENCIAL. ADOÇÃO. INDEXADOR INIDÔNEO. ACÓRDÃO EMBARGADO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA ATUAL. SÚMULA 168/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE

SIMILITUDE FÁTICA. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. "A correção dos benefícios periódicos da complementação de aposentadoria unicamente pela TR acarreta substanciais prejuízos ao assistido, visto que há, com a corrosão da moeda, perda gradual do poder aquisitivo, a gerar desequilíbrio contratual" (EAREsp 280.389/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/9/2018, DJe 19/10/2018).

2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/10/1996, DJ 22/10/1996, p. 405).

3. Para a configuração da divergência, os acórdãos confrontados devem apresentar similitude de base fática capaz de ensejar decisões conflitantes.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl nos EAREsp 549.633/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/8/2019, DJe 19/8/2019)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA. BENEFÍCIO COMPLEMENTAR. REVISÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI Nº 6.435/1977. ÍNDICES OFICIAIS. TAXA REFERENCIAL. ADOÇÃO. INDEXADOR INIDÔNEO. SUBSTITUIÇÃO. NECESSIDADE. NORMA COGENTE. ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE AMPLA PUBLICIDADE.

1. A questão controvertida na presente via recursal consiste em definir se é possível a utilização da Taxa Referencial (TR) como índice de correção monetária de benefício previdenciário complementar suportado por entidade aberta de previdência privada, sobretudo a partir de setembro de 1996.

2. O assistido possui direito adquirido ao benefício previdenciário complementar em si mesmo e à efetiva atualização monetária de seu valor, mas não a determinado índice de correção monetária. A substituição de um indexador por outro é possível desde que idôneo para medir a inflação, recompondo a obrigação contratada. Não pode incidir, dessa forma, índice aleatório, que privilegie, por um lado, a entidade de previdência privada ou, por outro, o participante.

3. A Taxa Referencial (TR) não é índice de correção monetária, pois, refletindo as variações do custo primário da captação dos

depósitos a prazo fixo, não constitui fator que reflita a variação do poder aquisitivo da moeda. Inidoneidade da aplicação da remuneração da caderneta de poupança (a TR) para mensurar o fenômeno inflacionário. Precedentes do Supremo Tribunal Federal.

4. O Superior Tribunal de Justiça entende que a TR, desde que pactuada, é indexador válido para contratos posteriores à Lei nº 8.177/1991 (Súmula nº 295/STJ). Todavia, nos precedentes que deram origem ao enunciado sumular, verifica-se que a TR não era utilizada isoladamente, mas em conjunto com juros bancários ou remuneratórios (a exemplo da caderneta de poupança, dos contratos imobiliários e das cédulas de crédito).

5. A correção dos benefícios periódicos da complementação de aposentadoria unicamente pela TR acarreta substanciais prejuízos ao assistido, visto que há, com a corrosão da moeda, perda gradual do poder aquisitivo, a gerar desequilíbrio contratual. Precedentes do STJ.

6. Com a vedação legal da utilização do salário mínimo como fator de correção monetária para os benefícios da previdência privada (Leis nºs 6.205/1975 e 6.423/1977) e o advento da Lei nº 6.435/1977 (art. 22), devem ser aplicados os índices de atualização estipulados, ao longo dos anos, pelos órgãos do Sistema Nacional de Seguros Privados, sobretudo para os contratos de previdência privada aberta: na ordem, ORTN, OTN, IPC, BTN, TR e Índice Geral de Preços de Ampla Publicidade.

7. Órgãos governamentais já reconheceram a TR como fator inadequado de correção monetária nos contratos de previdência privada, editando o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) a Resolução nº 7/1996 (atualmente, Resolução nº 103/2004) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a Circular nº 11/1996 (hoje, Circular nº 255/2004), a fim de orientar a repactuação dos contratos para substituí-la por um índice geral de preços de ampla publicidade.

8. Após o reconhecimento da inidoneidade da TR para corrigir os benefícios previdenciários, ou seja, a partir da vigência da Circular/SUSEP nº 11/1996, deve ser adotado um Índice Geral de Preços de Ampla Publicidade (INPC/IBGE, IPCA/IBGE, IGPM/FGV, IGP-DI/FGV, IPC/FGV ou IPC/FIPE). Na falta de repactuação, deve incidir o IPCA (art. 1º, parágrafo único, do Anexo I da Circular/SUSEP nº 255/2004).

9. A eventual ausência de fonte de custeio para suportar o pagamento das diferenças de correção monetária não tem força para afastar o



# *Superior Tribunal de Justiça*

direito do assistido, pois a entidade de previdência privada tem a responsabilidade de prever a formação, a contribuição e os devidos descontos de seus beneficiários, de forma que a própria legislação previu mecanismos para que o ente previdenciário supere possíveis déficits e recomponha a reserva garantidora. Precedentes.

10. Embargos de divergência conhecidos e providos.

(EAREsp 280.389/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Segunda Seção, j. 26/9/2018, DJe 19/10/2018.)

Assim, merece reforma o acórdão recorrido, por estar em evidente contrariedade com a jurisprudência firmada no âmbito desta Corte Superior.

Ademais, como salientado no julgado acima, “a eventual ausência de fonte de custeio para suportar o pagamento das diferenças de correção monetária não tem força para afastar o direito do assistido, pois a entidade de previdência privada tem a responsabilidade de prever a formação, a contribuição e os devidos descontos de seus beneficiários, de forma que a própria legislação previu mecanismos para que o ente previdenciário supere possíveis déficits e recomponha a reserva garantidora.”

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para julgar parcialmente procedente o pedido formulado na petição inicial, a fim de condenar a parte ré a revisar os benefícios previdenciários da autora, com a incidência dos índices de correção monetária estipulados pelos órgãos reguladores do sistema de previdência privada, em instrumentos normativos próprios (ORTN, OTN, IPC, BTN, TR e IPCA), nas respectivas épocas de vigência, inclusive, com a substituição da TR pelo IPCA, a partir de 5/9/1996.

As diferenças de pagamento dos benefícios previdenciários deverão ser atualizadas monetariamente e os juros de mora incidirão a partir da citação.

Invertida a sucumbência, condeno a Fundação recorrida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação, com base no art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

